

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI

Termo de Referência 73/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
73/2025	194035-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI	LINDEMBERG NOGUEIRA LYRA	28/04/2026 15:14 (v 0.24)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		08620.011565/2025-93

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de softwares e appliances (equipamentos), com implantação, treinamento, suporte especializado, garantia integral de 60 (sessenta) meses, voltados ao estabelecimento de um ambiente de backup de dados redundante de alta disponibilidade com dois sites, sendo o site principal Funai Sede e secundário no CFPI - Sobradinho para DR (Disaster Recovery), conforme especificações técnicas detalhadas nos anexos, para atendimento das necessidades da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto é composto por grupo único, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Especificação	Catmat/ Catser	Métrica ou Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unitário (VM)	Valor Mensal	Valor Total
1	1	Software de backup e replicação de dados para no mínimo de 343TB frontend, ou 200VMs ou 40 sockets com garantia, com manutenção e suporte técnico por 60 meses	26077	VMs	200VM(max)	R\$ 22,2058	R\$ 4.441,17	R\$ 266.469,60
	2	Appliance para armazenamento de backup capacidade útil de no mínimo 375 TB, garantia, com manutenção e suporte técnico por 60 meses	463037	Unidade	4	R\$ 1.939.091,37	-	R\$ 7.756.365,48
	3	Treinamento	3840	-	1	R\$ 39.747,22	-	R\$ 39.747,22
	4	Kit Tape Library LTO 9 com no mínimo 3 drives full-length LTO-9 ou superiores, capacidade mínima de 40 slots para cartuchos, conectividade via Fiber Channel + 40 Tapes LTO9 incluindo 5 Cartuchos de Limpeza, inclusos instalação, implantação, treinamento e suporte técnico por 60 meses	608956	Unidade	1	R\$ 277.000,00	-	R\$ 277.000,00
Total								R\$ 8.339.582,30

Tabela 1 - Composição do Objeto

- 1.3. Todo o detalhamento e os requisitos dos itens pormenorizados constam do ANEXO I deste Termo de Referência.
- 1.4. A licitação será realizada em grupo único, devendo o licitante apresentar proposta para todos os itens que o compõem. A adjudicação será feita em conjunto, sem possibilidade de fracionamento do objeto entre fornecedores distintos.
- 1.5. Os itens 1 a 4 configuram uma única solução de TIC, nos termos do art. 3º, inciso I, da IN SGD/ME nº 94 /2022, sendo indispensável sua contratação conjunta para garantir a integridade funcional do ambiente de backup, inclusive Kit Tape Library LTO-9.
- 1.6. Essa modelagem está alinhada aos arts. 11 e 12, que tratam dos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, bem como ao art. 40, que disciplina o planejamento e parcelamento do objeto, e ao art. 122, §4º, que autoriza a subcontratação, todos da Lei nº 14.133/2021, visando garantir a funcionalidade da Solução de Backup, a integração adequada dos componentes principais e a competitividade do certame.
- 1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.9. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Caso, por razões técnicas devidamente justificadas, o objeto não seja concluído dentro desse período, sua duração poderá ser ajustada por meio de termo aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 1.9.1 A prorrogação contratual mencionada no item 1.9 aplica-se exclusivamente ao Item 1 do objeto, por se tratar de fornecimento de software sob demanda, com pagamentos mensais. Para os demais itens, não haverá possibilidade de prorrogação.
- 1.10. Enquadramento como Solução de TIC
- 1.10.1. Declara-se, para os devidos fins, que o objeto da presente contratação se enquadra como uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Tal enquadramento decorre do fato de que a solução contempla recursos tecnológicos destinados à gestão, proteção e armazenamento de dados, integrando componentes de hardware, software e serviços especializados.
- 1.11. Enquadramento da Solução:
- 1.11.1. Após análise do objeto da contratação, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar (item 4), declara-se, para os devidos fins, que a presente contratação não se enquadra como serviço de operação de infraestrutura ou atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, nos termos da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023.
- 1.11.2 O objeto consiste na aquisição de solução integrada composta por hardware, software e serviços especializados, incluindo implantação, suporte técnico e treinamento, destinada à gestão, proteção e armazenamento de dados institucionais. Por não caracterizar prestação contínua de serviços de operação ou suporte a usuários, não se aplica o modelo previsto na referida Portaria, que é específico para contratações de serviços contínuos com pagamento vinculado a níveis mínimos de serviço e vedação à contratação por postos de trabalho ou homem/hora.

1.11.3 Após análise do objeto da contratação, verifica-se que não se enquadra como contratação de serviços de computação em nuvem, conforme disposto na Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

1.11.4 A solução proposta não envolve utilização de infraestrutura em nuvem pública ou privada, nem contratação de modelos IaaS (Infrastructure as a Service), PaaS (Platform as a Service) ou SaaS (Software as a Service). Trata-se de uma solução totalmente instalada em ambiente próprio (on-premises), sem dependência de provedores de nuvem. Portanto, a presente contratação não se enquadra nas disposições da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, por não envolver serviços de nuvem.

1.11.5 Adicionalmente, certifica-se que o objeto se enquadra como Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos da Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e demais normativos aplicáveis, estando alinhado ao Plano Diretor de TIC (PDTIC) do órgão e ao Plano Anual de Contratações (PAC), em conformidade com as diretrizes da Estratégia de Governo Digital.

1.11.6 Considerando o disposto no art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, certifica-se que a presente contratação não se enquadra nas hipóteses previstas nesse dispositivo.

1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSID

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A solução contempla o fornecimento, instalação, configuração e garantia de equipamentos, softwares e serviços para backup on-premises, conforme detalhamento técnico nos anexos.

2.2. O projeto consiste no estabelecimento de um ambiente de backup de dados com a contratação de software e appliances (equipamentos), treinamento, suporte, com garantia integral de 60 (sessenta) meses, conforme especificações técnicas detalhadas, com implantação totalmente local em duas células, geograficamente separadas, e replicação de dados protegidos para armazenamento em fitas LTO de última geração.

2.3. Enquadramento e Certificação

2.3.1 Certifica-se que o objeto da presente contratação se enquadra como uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme definido pela norma. A solução está alinhada ao Plano Diretor de TIC (PDTIC) do órgão e ao Plano Anual de Contratações (PAC), atendendo às diretrizes da Estratégia de Governo Digital e demais normativos aplicáveis.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente contratação justifica-se, pois a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) é responsável pela proteção, promoção e defesa dos direitos territoriais, culturais e sociais dos povos indígenas no Brasil. Nesse contexto, o patrimônio informacional da instituição — composto por mapas históricos, imagens de satélite, registros fundiários, documentos jurídicos e arquivos audiovisuais — constitui um acervo estratégico, sensível e de alto valor histórico, exigindo níveis elevados de segurança, integridade e disponibilidade.

3.2. O ambiente de backup atual, embora operacional, encontra-se deficiente, em processo de obsolescência tecnológica e apresenta riscos críticos à continuidade dos serviços e à governança da informação.

3.3. Conforme relatório técnico disponível (SEI 9027045), o ambiente de backup da Funai está estruturado com os seguintes componentes:

- Software: Veritas NetBackup 8.2
- Servidor de backup: Windows Server 2012 R2 (sem suporte desde outubro/2023)
- Repositórios de disco: Servidores IBM X3550 (geração antiga) + Storage HP MSA 2040
- Biblioteca de fitas: HP MSL 4048 (com falha operacional devido à sujeira nos cabeçotes)
- Capacidade usada: 57 TB deduplicados (em crescimento contínuo)
- Frontend estimado em 213 TB
- Infraestrutura virtualizada: VMware ESXi 7.0 - 124VMs em uso e 93 VMs protegidas.

3.4. Apesar da estrutura lógica seguir boas práticas iniciais, diversos fatores técnicos comprometem sua sustentabilidade:

PROBLEMA IDENTIFICADO	IMPACTO OPERACIONAL
NetBackup 8.2 e Windows Server 2012 R2	Versões fora de suporte técnico e de segurança, sem atualização de patches, expondo o ambiente a vulnerabilidades críticas e riscos de conformidade
Hardware obsoleto (Xeon X5670)	Desempenho insuficiente para as demandas atuais, elevado consumo energético e dificuldade na reposição de peças, aumentando o risco de downtime prolongado.
Tape Library inoperante	Perda da camada de air gap necessária à cópia offsite, comprometendo a estratégia de recuperação em caso de ataques de ransomware ou desastres
Capacidade limitada e não escalável	Restrição ao crescimento dos volumes de dados — projeção de mais de 700 TB em 5 anos —, comprometendo a continuidade operacional e a retenção exigida por políticas corporativas.
Ausência de imutabilidade	Vulnerabilidade direta a ataques cibernéticos que possam criptografar ou apagar cópias de backup, inviabilizando a restauração segura dos dados.

Tabela 2 - Problemas e Impactos Operacionais

3.5. A evolução dos padrões de segurança da informação, aliada ao aumento exponencial de dados digitais e à crescente ameaça de ciberataques (como ransomware), exige que a Funai adote uma solução de backup

moderna, resiliente e alinhada às melhores práticas internacionais, como a regra 3-2-1 (três cópias, duas mídias, uma offsite).

3.6. A contratação de uma nova solução de backup tem como objetivos:

- Modernizar a infraestrutura legada, substituindo servidores, sistemas operacionais e software sem suporte;
- Restaurar a gravação em fitas LTO como camada física de air gap, cumprindo a regra 3-2-1;
- Implementar repositórios imutáveis para proteção contra ransomware;
- Reduzir o RTO (tempo de recuperação) e o RPO (ponto de recuperação) para níveis compatíveis com a continuidade operacional crítica;
- Manter a soberania dos dados, com armazenamento 100% on-premises, sem dependência de nuvem pública.

ÁREA	BENEFÍCIO
Segurança da Informação	Proteção contra vazamentos, exclusões e ataques cibernéticos
Conformidade	Alinhamento com LGPD, Marco Civil da Internet, normas da CGU e políticas de arquivamento
Continuidade de Negócios	Redução do RTO e garantia de recuperação rápida após incidentes
Eficiência Operacional	Console unificado, automação de políticas, relatórios detalhados
Sustentabilidade Técnica	Hardware e software com suporte ativo, escalabilidade garantida
Governança de Dados	Catálogo centralizado, auditoria, retenção controlada e inventário de fitas

Tabela 3 - Área e Benefício

3.7. Diante do cenário descrito, a modernização do ambiente de backup é urgente e estratégica para a Funai. A manutenção da solução atual coloca em risco a integridade dos dados institucionais, a continuidade dos serviços e o cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

3.8. A contratação de uma nova solução de backup on-premises, com suporte a appliances com deduplicação na origem, fitas LTO funcionais representam um investimento essencial para garantir a proteção, disponibilidade e soberania dos dados da Funai, assegurando a preservação do patrimônio informacional dos povos indígenas brasileiros.

3.9. Manifestação Técnica sobre Estimativa de Quantitativos e Metodologia Utilizada

3.9.1. Para definição dos quantitativos a serem licitados, foi adotada metodologia baseada em análise da demanda histórica e projeções de crescimento, conforme determina o art. 15 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, foram considerados os seguintes elementos:

3.9.1.1. Documentos e Dados Utilizados: Relatório técnico SEI nº 9027045, contendo inventário do ambiente atual e capacidade utilizada (57 TB desduplicados, 213 TB de frontend).

3.9.1.2. Dados de consumo das contratações anteriores de backup e armazenamento, registrados nos processos SEI nº 9027045. Séries históricas de crescimento de dados corporativos (taxa média anual de 10%), conforme relatórios da CGTI. Projeção de expansão da infraestrutura virtualizada (de 124 para até 200), descritos no Item 3.3 do Termo de Referência.

3.10. Risco de Dependência Tecnológica e Estudo de Viabilidade

3.10.1. Análise de Risco de Dependência Tecnológica e Estudo de Viabilidade. Em atendimento ao Acórdão TCU nº 1685/2023 – Plenário, foi realizada análise sobre o risco de dependência tecnológica associado à solução atual e à proposta de contratação. O estudo considerou:

3.10.1.1. Continuidade da Solução atual: A manutenção da solução existente (NetBackup 8.2, Windows Server 2012 R2 e biblioteca de fitas HP MSL 4048) mostrou-se inviável devido à obsolescência tecnológica, ausência de suporte oficial, falhas operacionais e restrições de escalabilidade. Esses fatores comprometem a segurança, a integridade e a disponibilidade dos dados institucionais, elevando o risco de interrupção dos serviços críticos.

3.10.1.2. Alternativas de Substituição: Foram avaliadas soluções de mercado que atendem aos requisitos de proteção contra ransomware, imutabilidade de dados, criptografia AES-256, autenticação multifator e compatibilidade com padrões abertos. A proposta selecionada contempla arquitetura modular, permitindo expansão sem troca de controladoras, integração com softwares amplamente utilizados (Veeam, Veritas, Commvault) e eliminação de dependência de nuvem pública, garantindo soberania dos dados.

3.10.1.3. Resultados do Estudo: A solução proposta apresenta baixo risco de dependência tecnológica pois utiliza padrões abertos e interoperáveis, permite migração futura sem custos excessivos, inclui cláusulas contratuais para assegurar acesso aos dados e transferência de conhecimento, prevê documentação técnica detalhada e capacitação da equipe interna concluindo que a contratação é tecnicamente viável e atende às determinações do Acórdão TCU nº 1685/2023, mitigando riscos de lock-in e assegurando continuidade operacional com mecanismos de governança e segurança adequados.

3.11. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir: <https://pncp.gov.br/app/pca/00059311000126/2025/24>

3.11.1. ID PCA no PNCP: 00059311000126-0-000024/2025

3.11.2. Data de publicação no PNCP: 14/11/2024

3.11.3. ID do item no PCA: 44

3.11.4. Classe/Grupo: 162

3.11.5. Identificador da Futura Contratação: 194035-45/2025

3.12. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024/2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023-2027 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS			
ID	Objetivos Estratégicos		
OE.01	Entregar soluções de TIC que agreguem valor estratégico para a Funai.		
OE.04	Compartilhar e integrar infra estruturas, processos, sistemas, dados, conhecimento e serviços.		
OE.05	Promover a inovação e o processo contínuo de modernização da infraestrutura e serviços de TIC.		
OE.07	Aprimorar os processos e serviços de TIC alinhado às boas práticas de governança.		
ALINHAMENTO AO PDTIC 2023-2027			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A2.1.2	Executar a política de backup da Funai	M2.2	Prover/manter Backup
A2.5.2	Implantar solução de Segurança para Adequação à LGPD	M2.5	Prover segurança, contra ataques avançados contra a infraestrutura de TIC.

Tabela 4 - Alinhamento Estratégico e PDTIC

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. Implementar solução de backup local (on-premises) com redundância geográfica: sítio primário Funai Sede e réplica automática em (sítio secundário) CFPI - Sobradinho-DF.

4.2. Suportar backups completos e incrementais diários, com retenção de acordo com a política estabelecida.

4.3. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.3.1. Disponibilidade de sistemas críticos da Funai;

4.3.2. Otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação;

4.3.3. Garantir a salvaguarda das informações da Funai;

4.3.4. Garantir a infraestrutura e os recursos tecnológicos adequados às atividades da Funai;

4.3.5. Garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de TIC;

4.3.6. Aumentar o nível de atendimento e qualidade das operações de serviços de TIC;

4.3.7. Aprimorar a gestão de segurança da informação e comunicações;

4.3.8. Fornecer a infraestrutura de armazenamento de backup da Funai;

4.3.9. Promover a modernização das soluções de armazenamento de dados existente;

4.3.10. Promover a modernização tecnológica das soluções de armazenamento de dados dos data centers da Funai, com ampliação da capacidade de armazenamento de Backup e reestruturação de arquitetura para suprir a necessidade atual e futura dos sistemas corporativos hospedados nos ambientes de armazenamento do órgão;

4.3.11. Fornecer solução de backup com melhoria de performance e otimização da execução das rotinas de processamento, armazenamento e recuperação de dados, para que estas sejam executadas no menor tempo hábil possível, gerando interferência mínima nos serviços de TIC disponibilizados;

4.3.12. Prover solução para atendimento de backup do órgão, atendendo aos requisitos de retenções exigidos para as cópias de backup, bem como para fins históricos e de auditoria;

4.3.13. Possibilitar a recuperação dos serviços de TIC no menor tempo possível em caso de desastre ou perda de informações;

4.3.14. Prover uma plataforma que viabilize testes de recuperação de dados;

4.3.15. Suprir o término das vigências dos atuais contratos de suporte, garantindo a continuidade nos serviços prestados.

4.3.16. Elevar de forma significativa a segurança dos dados protegidos pelo backup, considerando incidentes de ataques cibernéticos ou falha física em um dos sites.

Requisitos de Capacitação

4.4. Para o software de backup, será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo 40 horas de duração.

4.5. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento/capacitação sobre a Solução implantada para os membros indicados pela CONTRATANTE.

4.6. A transferência de conhecimento será realizada com repasse de conhecimento da operacionalização da solução.

4.7. A equipe técnica da CGTI deverá ser capacitada para operar a solução de backup e recuperação de dados com atividades práticas (hands-on).

4.8. A transferência de conhecimento poderá ser realizada presencialmente, de forma remota ou de forma híbrida, em comum acordo com a CONTRATANTE.

4.9. A CONTRATADA arcará com todas as despesas aos seus profissionais e técnicos envolvidos nas atividades da transferência de conhecimento.

4.10. A CONTRATADA deverá fornecer a cada participante certificado que comprove a realização da transferência de conhecimento contendo o período, o nome do participante, a carga horária e o conteúdo ministrado.

4.11. Ao final, será realizada avaliação pelos participantes do treinamento, e caso a avaliação seja considerada insuficiente, a CONTRATADA deverá ministrar novo treinamento, que será novamente avaliado e poderá também ser considerado insuficiente.

4.12. O treinamento será refeito sempre que for avaliado como Insuficiente, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.13. A classificação do treinamento se balizará pela média aritmética das notas atribuídas pelos participantes, considerando a faixa de pontuação de 0 até 10, conforme detalhado abaixo:

- Bom - Acima de 8 até 10;
- Suficiente - Igual ou maior a 6 até 8;
- Insuficiente - Entre 0 e 5,9.

4.14. A pontuação será obtida a partir da média dos itens de avaliação presentes em "Formulário de avaliação do Treinamento", disponibilizado pela Contratada, que serão:

- Metodologia utilizada;
- Distribuição da programação;
- Desempenho dos instrutores;
- Adequação da carga horária;
- Material audiovisual;
- Aulas práticas;
- Adequação do conteúdo das aulas ao objetivo do curso;

4.15. O treinamento/capacitação referente à Solução fornecida deverá ter:

- Carga horária de, no mínimo, 40 (quarenta) horas;
- Carga horária diária máxima de 4 (quatro) horas;
- Cobrir conhecimentos necessários sobre instalação, administração, configuração, otimização, troubleshooting e utilização da Solução;
- Incluir a realização de laboratórios práticos;
- Disponibilizar, para todos os participantes, material didático digital e atualizado, em português ou inglês;
- O treinamento/capacitação deverá ser realizado em ambiente fornecido pela CONTRATADA e que reproduza os aspectos referentes à implantação realizada na CONTRATANTE.

4.16. O treinamento/capacitação deverá ser realizada preferencialmente em no máximo, 20 (vinte) dias corridos após a implantação da Solução, em datas e horários acordados entre as partes e no caso de divergência sobre estes períodos, a CONTRATANTE estabelecerá o período de realização que deverá ser atendido pela CONTRATADA

4.17. Para os componentes de Hardware os Requisitos de Capacitação constam no ANEXO I deste Termo de Referência.

4.18. Requisitos Legais

4.19. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.20. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

4.21. Toda a solução adquirida deverá estar disponível para funcionamento pleno durante todas as janelas de backup e durante, pelo menos, 8 (oito) horas fora delas, sem prejuízo aos prazos para reparo e substituição de componentes especificados neste Termo de Referência.

4.22. As janelas de backup ocorrerão, preferencialmente, durante a semana, nos períodos sugeridos das 18h até as 7h do próximo dia com exceção dos finais de semana onde a janela começará às 18h de sexta-feira e terminará às 7h de segunda-feira.

4.23. A solução deverá ser fornecida com garantia de 60 (sessenta) meses, para todos os seus componentes, contados da data de emissão, pela CONTRATANTE, do Termo de Recebimento Definitivo da Solução (TRD).

4.24. A garantia deverá cobrir eventuais atualizações e upgrades de seus softwares (ou seus substitutos comerciais no caso de trocas de nomes, marcas, modelos de comercialização) pelos mesmos 60 (sessenta) meses sempre que necessário ou demandado pela Contratante.

4.25. As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas preferencialmente em dias úteis e no horário de funcionamento da Funai, salvo autorização prévia da fiscalização contratual.

4.26. Caso necessitem ser realizadas em período diferente do mencionado, a CONTRATADA deverá solicitar autorização à fiscalização contratual com, no mínimo, 48 horas de antecedência, exceto nos casos de tratamento de eventos de indisponibilidade.

4.27. As manutenções corretivas poderão ser acionadas por solicitação direta da Contratante ou por chamado automático gerado pelos componentes da solução.

4.28. Os chamados referentes às manutenções preventivas e corretivas deverão ter o atendimento inicial e identificação do problema concluídos em até 24 (vinte e quatro) horas corridas e o atendimento definitivo concluído em até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da abertura da solicitação.

4.29. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar a Solução em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de quaisquer componentes, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

4.30. Manutenção corretiva não se confunde com manutenções não programadas para tratamento de indisponibilidades.

4.31. Os bens a serem fornecidos devem ter tempo de vida útil previsto para utilização de pelo menos 60 (sessenta) meses.

4.32. A Contratada deverá prestar serviço de suporte técnico, através de atendimento presencial e/ou remoto, a critério da CONTRATANTE.

4.33. A Contratada deverá realizar a substituição de componentes fornecidos em virtude de problemas sem resolução no prazo determinado, ou indisponibilidades acima do tempo permitido.

4.34. As atualizações de software deverão estar disponíveis para a Funai no site e/ou repositório digital do fabricante.

- 4.35. A CONTRATADA deverá fornecer número de telefone localizado em território brasileiro disponível no horário comercial (das 8h às 18h) para esclarecimento de dúvidas relacionadas à instalação, configuração e uso da Solução adquirida.
- 4.36. As solicitações de atendimento técnico, em regime de garantia, partirão da CONTRATANTE e deverão ser lançadas em registro próprio pela CONTRATADA.
- 4.37. Para cada solicitação de atendimento técnico feita, deverá ser gerado um identificador único para fins de controle e acompanhamento da solicitação.
- 4.38. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas.
- 4.39. A cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá registrar no respectivo chamado o início e término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e outras informações que sejam pertinentes.
- 4.40. Essas informações só serão consideradas válidas após a devida aceitação da CONTRATANTE registrada por seu representante no respectivo chamado.
- 4.41. O prazo máximo para atendimento de chamados críticos será de até 1 (uma) hora, contado a partir do momento em que a CONTRATANTE realizar a solicitação de atendimento técnico junto à FABRICANTE ou CONTRATADA.
- 4.42. Após a confirmação do diagnóstico e a identificação do componente em falha, a substituição deverá ocorrer em regime NBD (Next Business Day), ou seja, no próximo dia útil, garantindo a reposição do componente defeituoso sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 4.43. Entende-se pelo início do atendimento técnico presencial o momento de chegada do técnico ao local onde está instalada a Solução.
- 4.44. O serviço de suporte técnico durante o período de garantia deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, no local onde a Solução se encontrar instalada, por técnicos devidamente habilitados e credenciados, e sem qualquer ônus adicional.
- 4.45. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados técnicos 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, mediante sistema Web ou telefone localizado em território brasileiro.
- 4.46. A resolução de problemas de indisponibilidade deverá ser efetuada em até 6 (seis) horas corridas, contados da abertura do chamado na central de atendimento.
- 4.47. Caso algum componente apresente problema e sua substituição seja necessária, a CONTRATADA deverá substituí-lo em até 48 (quarenta e oito) horas úteis, da abertura do chamado, ainda que o componente não cause problema aparente no funcionamento da Solução e sem prejuízo ao prazo para resolução de problemas de indisponibilidade.
- 4.48. Entende-se por término de reparo a disponibilidade da Solução para uso em perfeitas condições de funcionamento, no local onde estiver instalada, atestado pela CONTRATANTE.
- 4.49. Chamado técnico será considerado solucionado somente após ato de aceitação pelo representante da CONTRATANTE.
- 4.50. Requisitos Temporais
- 4.51. A Entrega dos objetos deverá ser efetivada no prazo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço/Ordem de Fornecimento de Bens (OS/OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por iguais períodos, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.52. Os objetos somente serão considerados entregues após instalação completa, entrega de todos os componentes, implantação e entrada em produção da solução contratada.

4.53. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento

4.54. Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia.

4.55. O prazo de entrega dos Projetos de Implantação será de até 20 (vinte) dias a partir do início da vigência contratual.

4.56. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
SEVERIDADE BAIXA	8 horas	72 horas, contadas do chamado técnico
SEVERIDADE MÉDIA	4 horas	24 horas, contadas do chamado técnico
SEVERIDADE ALTA	2 horas	12 horas, contadas do chamado técnico
SEVERIDADE CRÍTICA	1 hora	8 horas, contadas do chamado técnico

Tabela 5 - Prazos de execução.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.57. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante

4.58. A CONTRATADA, por meio de seus profissionais e gestores, deverá manter sob sigilo as informações e comunicações de que tiver conhecimento, abstendo-se de divulgá-las, garantindo o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados por meio dos enlaces eventualmente utilizados na execução das atividades, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

4.59. A CONTRATADA, por meio de seu representante legal, deverá assinar o Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Funai.

4.60. Todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação deverão assinar Termo de Ciência da citada declaração, bem como assinaram também o Termo de Responsabilidade para Acesso às soluções de TI da Funai.

4.61. A CONTRATADA deve cumprir todas as disposições da POSIC/Funai e demais normas internas.

4.62. A CONTRATADA não poderá armazenar consigo qualquer informação, conhecimento, documento técnico que contemple configurações aplicadas nos equipamentos implantados na rede da CONTRATANTE.

4.63. A CONTRATADA deverá disponibilizar aos colaboradores indicados pela CONTRATANTE credenciais de acesso em todos os perfis existentes na solução.

4.64. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a assegurar o não compartilhamento, bem como o sigilo do uso das credenciais utilizadas por seus colaboradores.

4.65. A CONTRATADA deverá prover segurança de acesso físico e lógico aos recursos da CONTRATANTE que estiverem sob sua guarda.

4.66. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a Funai, abstendo-se de divulgá-los a terceiros sob qualquer pretexto, a menos que prévia e formalmente autorizada pela CONTRATANTE.

4.67. A CONTRATANTE terá propriedade sobre todos os documentos e procedimentos operacionais produzidos no escopo da presente contratação.

4.68. A CONTRATADA deverá respeitar as normas de segurança estabelecidas pela CONTRATANTE durante a realização de atividades no ambiente desta. Essa sujeição não caracteriza qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

4.69. A CONTRATADA deverá observar o definido na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

4.70. Atendimento à Política de Segurança da Informação da FUNAI, incluindo:

- a) criptografia de dados em trânsito e repouso;
- b) autenticação forte nos consoles de backup;
- c) registro e auditoria de todas as operações.
- d) observar o definido na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.71. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.72. Equipamentos devem viabilizar logística reversa para descarte ambientalmente correto ao término de vida útil.

4.73. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Distrito Federal ou da União.

4.74. Nesse contexto, nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que para efeitos de avaliação das amostras e aceitação do produto deverá ser requerida certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou por outro meio de prova, como instituições internacionais caso o produto tenha fabricação estrangeira, sendo aceito por exemplo, a comprovação deste requisito por intermédio de certificações equivalentes como IEC 62368-1 ou EPEAT ,

podendo esta última estar em processo de certificação cuja comprovação deverá ser apresentada juntamente com a proposta.

4.75. Nas contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos que atendam aos critérios de economicidade elétrica, tanto no seu funcionamento quanto na sua refrigeração, isto é, sua dissipação de calor, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

4.76. Os softwares e as documentações deverão ser disponibilizados de forma eletrônica em língua portuguesa do Brasil ou em língua inglesa.

4.77. A interface de usuário dos softwares deverá ser em língua portuguesa do Brasil ou em língua inglesa.

4.78. As pessoas envolvidas na execução das atividades deverão, durante sua permanência dentro das instalações da CONTRATANTE, se adequar às regras, costumes e normas internas que definem a conduta profissional e pessoal de servidores, colaboradores e visitantes da instituição.

4.79. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.80. Os objetos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.81. Os equipamentos e/ou software de backup deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica estabelecidos pela área técnica da Contratante, descritos no Anexo I Especificações Técnicas, apêndice deste Termo de Referência.

4.82. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação estabelecidos pela área técnica da Contratante, descritos no Anexo I – Especificações Técnicas, apêndice deste Termo de Referência.

4.83. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.84. Requisitos de Implantação

4.85. Os objetos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.86. Todos os componentes necessários ao fornecimento e implantação dos objetos contratados, tais como hardware, software, suprimentos, equipamentos, cabos, acessórios e outros, deverão ser entregues nas duas células de backup da CONTRATANTE (Funai Sede - SCS Qd. 09 - Bloco B - Ed. Parque Cidade Corporate - 1º Subsolo e no CFPI em Sobradinho-DF - Quadra 03 Área Especial 09, Q, 2 Q 3. - Sala do Datacenter).

4.87. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar um Projeto de Implantação da Solução para a análise e aprovação da CONTRATANTE que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Relação de todos os componentes que formam a Solução;
- Diagrama arquitetural que detalhe como cada componente se integrará na Solução;
- Detalhamento da integração entre a Solução e o datacenter da Funai Sede e CFPI-Sobradinho;
- Análise de possíveis impactos ao ambiente produtivo da Funai durante a implantação;
- Checklist de validação da implantação.

4.88. O prazo de entrega do Projeto de Implantação será de até 20 (vinte) dias a partir da reunião inicial.

4.89. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica.

4.90. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.91. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos/software fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.92. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.93. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.94. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.95. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.96. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.97. As solicitações de atendimento técnico em regime de garantia deverão ser registradas pela contratada, com a geração de identificador único para cada chamado, permitindo controle e acompanhamento.

4.98. Para cada atendimento, deverá ser informado um número de protocolo e mantido o histórico das ações realizadas.

4.99. O registro deverá conter o início e término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes, que só serão consideradas válidas após aceitação formal da FUNAI.

4.100. Requisitos de Experiência Profissional

4.101. Os serviços de instalação, assistência técnica, garantia, operação assistida e suporte especializado deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços. Deverá ser apresentada declaração ou certificação do fabricante que garanta que os profissionais estão aptos a prestar o respectivo serviço.

4.102. Equipe de implantação e suporte deve incluir ao menos um profissional certificado pelo fabricante da solução e com experiência comprovada em projetos corporativos de backup.

4.103. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.104. O fornecimento do objeto está condicionado ao recebimento pelo Contratado da Ordem de Serviço /Ordem de fornecimento de Bens (OS/OFB) emitida pela Contratante.

4.105. Ordem de Serviço/Ordem de Fornecimento de Bens (OS/OFB) constitui o único instrumento formal válido para autorizar o início da execução dos serviços ou o fornecimento dos bens, não sendo admitida a realização de quaisquer atividades ou entregas sem sua prévia emissão pela Contratante.

4.106. A OS/OFB indicará o tipo de serviço/equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.107. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.108. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.109. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.110. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.111. Em caso de necessidade de substituição de dispositivos de armazenamento, caso eles não possuam recursos de criptografia em descanso (at-rest), visando a proteção de dados sensíveis, o dispositivo danificado não será devolvido ao FORNECEDOR ou FABRICANTE, devendo o mesmo permanecer em posse da CONTRATANTE para destruição e descarte seguro.

4.112. Nos casos que seja necessário substituição de equipamentos que contenham dispositivos de armazenamento que não puderem ser removidos, antes da devolução, deverá ocorrer a eliminação total dos dados da CONTRATANTE.

4.113. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da CONTRATANTE e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido ou tido ciência no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

4.114. A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC da CONTRATANTE.

4.115. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos da CONTRATANTE, conforme itens de instrumento de confidencialidade próprio da CONTRATANTE.

4.116. A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma, divulgar, reproduzir ou utilizar.

4.117. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato.

4.118. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados, formalmente, o compromisso de atendimento aos regulamentos de propriedade, sigilo, confidencialidade, segurança das informações e de disciplina funcional que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, antes de autorizá-los a ingressar na execução dos serviços contratados.

4.119. A CONTRATADA deverá promover o afastamento imediato, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus profissionais que, comprovadamente, coloquem em risco as condições de preservação da propriedade, do sigilo e segurança das informações a que tiver acesso. É vedada a veiculação de publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.

4.120. A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso (Anexo IV – MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO) entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, por meio de instrumento próprio desta, estabelecendo compromisso de não divulgar nenhum assunto tratado na prestação de serviços, do objeto da licitação.

4.121. O Termo de Ciência (Anexo III – MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA) deverá ser assinado pelo preposto do Contrato o qual fica responsável solidariamente pelos empregados da CONTRATADA que estiverem diretamente envolvidos na contratação e prestação dos serviços.

4.122. A CONTRATADA deve observar as diretrizes e procedimentos da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC da CONTRATANTE, bem como o disposto em suas Normas Complementares.

4.123. O acesso a áreas restritas, por técnicos das eventuais empresas contratadas, obedecerá ao previsto na POSIC da CONTRATANTE e suas Normas Complementares.

4.124. A execução das atividades deverá observar os princípios básicos de Segurança da Informação e Comunicações – SIC.

4.125. A CONTRATADA deve observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como das políticas e normas internas da CONTRATANTE sobre o tema, implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.126. Da vistoria:

4.126.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 17 horas, em horário pré-agendado com pelo menos 24 horas de antecedência, pelo telefone (61) 3247-6534 ou no e-mail cgti@funai.gov.br com cópias para coinfra@funai.gov.br e seapli@funai.gov.br

4.126.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.126.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.126.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, fica automaticamente atestado o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.126.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.126.6. Em função da característica de segurança das instalações da CONTRATANTE e como atividade do pré-agendamento deste subitem, a licitante poderá ser orientada a enviar e-mail para a CONTRATANTE (conta de destino informada na ocasião), contendo no mínimo os dados do seu representante responsável pela vistoria.

4.126.7. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.126.8. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.126.9. Realizada a vistoria, será firmada a DECLARAÇÃO DE VISTORIA, em conformidade com o inciso VI, do art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

4.126.10. Todos os custos associados com a visita e a inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

Sustentabilidade

4.127. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.128. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.129. A contratada deve adotar práticas de logística reversa e atender ao Plano Diretor de Logística Sustentável da FUNAI.

4.130. Da exigência de carta de solidariedade

4.131. Não será exigida carta de solidariedade, em razão do seu potencial de restringir a competitividade do certame.

4.132. Em conformidade com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU), a exigência de carta de solidariedade do fabricante deve ser evitada, por representar restrição indevida à competitividade e à isonomia entre os licitantes, sendo admitida apenas em situações excepcionais, quando comprovadamente indispensável à execução do objeto contratual. Nesse sentido, o Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário do TCU firmou que tal exigência “somente é cabível em situações excepcionais, devidamente justificadas, quando necessária à garantia da execução contratual, sob pena de afronta ao princípio da isonomia”. Assim, considerando que o presente contrato não apresenta características que justifiquem tal medida, não será exigida carta de solidariedade. A decisão está alinhada ao disposto nos arts. 5º, inciso III, e 12 da Lei nº 14.133/2021, que asseguram a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa nas contratações públicas.

4.133. Subcontratação

4.134. É admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada ao item 4 (Kit Tape Library LTO-9), incluindo todos os serviços associados (instalação, implantação, treinamento e suporte técnico), vedada a subcontratação completa do objeto ou dos itens 1, 2 e 3, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que permite a subcontratação parcial desde que prevista no edital e no contrato.

4.135. A subcontratação integral do item 4 é admitida por se tratar de componente especializado da solução de backup, cuja execução pode demandar expertise específica do fabricante ou parceiro homologado, sem comprometer a integridade da solução, garantindo eficiência e mitigando riscos técnicos, conforme previsto no art. 72, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com a IN SGD/ME nº 94/2022, que orienta sobre contratações de TIC.

4.136. A contratada principal permanecerá responsável integralmente pelo cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto ao item subcontratado, respondendo solidariamente por prazos, qualidade, garantia e níveis de serviço, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela fiscalização contratual, sendo vedada a subcontratação em cascata. A subcontratada deverá comprovar capacidade técnica e atender às exigências legais aplicáveis, nos termos do art. 72, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.137. Limite máximo de subcontratação: O percentual máximo permitido para subcontratação é de 30% do valor total do contrato.

4.138. Parcela vedada à subcontratação: É vedada a subcontratação dos itens 1, 2 e 3.

4.139. Parcela permitida à subcontratação: Poderá ser subcontratado integralmente o item 4 (Kit Tape Library LTO-9), incluindo fornecimento e serviços associados.

4.140. Condições para autorização: A autorização será concedida mediante análise da documentação apresentada pela contratada principal, contendo:

- Dados da subcontratada (razão social, CNPJ, endereço).
- Atestados de capacidade técnica ou certificações do fabricante.
- Declaração de inexistência de impedimentos legais.

4.141. Vedação à subcontratação em cascata: Não será admitida subcontratação em cadeia.

4.142. Fiscalização: A fiscalização contratual acompanhará a execução da subcontratação.

Garantia da Contratação

4.143. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.144. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

a) A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

b) Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

c) A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

d) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

e) Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.145. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Informações relevantes para o dimensionamento E/OU apresentação da proposta

4.146. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.147. Implantação de política de backup com a seguinte tabela de retenção:

WORKLOADS DE FRONTEND		TAXA ANUAL CRESCIMENTO ESTIMADA	RETENÇÃO				
			INCREMENTAL	DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL	ANUAL
Vmware	45 TB	10%	7	30	8	12	5
Windows File Server	18 TB	10%	7	30	8	12	5
Geoprocessamento	150 TB	10%	7	30	8	12	5
TOTAL FRONTEND	213 TB						

4.148. Software de backup e replicação de dados, implantação, instalação, suporte, atualizações e garantia dos componentes por 60 meses;

4.149. Appliances de Backup totalmente agnóstico e compatível ao software de backup, compatíveis com os requisitos de capacidade e deduplicação conforme especificações técnicas deste Termo de Referência.

4.150. Atualmente a Funai conta com 124 máquinas virtuais e 213 TB de Frontend, no entanto, devido à previsão de contratação de Fábrica de Software e criação de novas Diretorias no órgão a expectativa é o crescimento do uso de máquinas virtuais em até 5 (cinco) anos, sugerindo-se o número de 200 máquinas virtuais.

4.151. Estimativa de 04 (quatro) unidades de appliance sendo:

a) Duas unidades para armazenamento de backup no site 1 (principal) com capacidade útil de 375 TB (trezentos e setenta e cinco terabytes) cada, que deverão ser acomodados no espaço máximo de 10U, com suporte, atualizações e garantia dos componentes por 60 meses e demais requisitos constantes do Anexo I - Especificações Técnicas.

b) Duas unidades para armazenamento de backup no site 2 (secundário) replicação e DR (Disaster Recover) com capacidade útil de 375TB (trezentos e setenta e cinco terabytes) cada, equivalente a solução a ser fornecida para o Site 1 (especificações técnicas, modelo, etc), que deverão ser acomodados no espaço máximo de 10U - e demais requisitos constantes do Anexo I - Especificações Técnicas.

4.152. Kit Tape Library LTO 9 com no mínimo 3 drives full-length LTO-9 ou superiores, ocupando no máximo 5U, capacidade mínima de 40 slots para cartuchos, conectividade via Fiber Channel + 40 Tapes LTO9 incluindo 5 Cartuchos de Limpeza, treinamento, implantação, instalação, suporte e garantia por 60 meses.

4.153. Os equipamentos deverão ser instalados em rack próprio da CONTRATANTE e devem ser entregues com todos os licenciamentos, cabos, adaptadores e acessórios necessários ao seu completo funcionamento.

4.154. Caberá à empresa CONTRATADA a conexão dos cabos aos demais equipamentos. Todo cabeamento deve ficar devidamente organizado e identificado com etiquetas apropriadas, fornecidas pela CONTRATADA.

4.155. É responsabilidade da CONTRATADA certificar-se que os equipamentos ofertados são plenamente compatíveis com a Infraestrutura física/elétrica da CONTRATANTE.

4.156. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer a solução nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição. Cada serviço ou produto do grupo deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela CONTRATANTE;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Serviço/Ordem de Fornecimento de bens (OS/OFB) para a entrega dos bens/serviços desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos/software/serviços com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

6.4. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis, contados do recebimento da Ordem de Serviço/ Fornecimento de Bens (OS/OFB), emitidas pela CONTRATANTE, em remessa única ou fracionada conforme a necessidade.

6.5. Tendo em vista que a entrega será realizada em dois locais distintos, poderá ser aberta mais de uma OS /OFB para a entrega do objeto.

6.6. A OS/OFB inicial poderá ser emitida pelo CONTRATANTE em até 180 dias da assinatura do Contrato prorrogável uma única vez. Esse prazo se justifica para assegurar que toda a infraestrutura esteja preparada para o recebimento da solução.

6.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as respectivas razões com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.8. A OS/OFB inicial contemplará Hardware e/ou Software a depender da demanda inicial medida. Demais OS /OFB poderão conter apenas Hardware, Software ou ambos, a depender do consumo dos itens previamente estabelecidos neste Termo de Referência.

6.9. A OS/OFB inicial que constar Software contratado por Subscrição será suficiente para evidenciar o Consumo de (TB ou VMs ou Sockets) para pagamento mensal desde que não haja alteração do consumo inicial solicitado.

6.10. Caso haja aumento no consumo (TB ou VMs ou Sockets) será necessário nova OS/OFB contendo os valores atualizados do novo consumo para fins de faturamento.

6.11. Sobre o item 1 (Software de Backup) desta contratação, informa-se que, apesar de haver um teto de consumo, os pagamentos mensais serão efetuados sempre para o volume real consumido e serão demandados através da emissão prévia das respectivas ordens de serviços conforme a seguinte dinâmica:

I. A CONTRATANTE autoriza a disponibilização da subscrição das licenças e/ou a prestação dos serviços mediante emissão da OS/OFB, à CONTRATADA, com a estimativa das licenças e/ou serviços a serem utilizados (TB ou VMs ou Sockets).

II. A OS/OFB deve ser elaborada conforme Modelo disponível no Anexo II deste Termo de Referência.

III. A CONTRATADA recebe e aprova a OS/OFB.

IV. A CONTRATADA atende a OS/OFB demandada, disponibilizando o quantitativo de licenças e/ou serviços demandados à CONTRATANTE, observando as especificações técnicas deste TR e seus Anexos e o prazo máximo constante nos Requisitos Temporais.

V. A CONTRATADA deverá elaborar um Relatório Técnico ou Demonstrativo, detalhando o quantitativo de licenças e/ou serviços/bens que serão faturados no mês.

VI. Caso existam chamados técnicos no período, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, registrá-los no Relatório Técnico/Demonstrativo, relacionando todos os chamados com seus respectivos números de identificação, horários de abertura, atendimento e fechamento, bem como a descrição detalhada das soluções adotadas.

VII. Até o quinto dia útil do mês subsequente, a CONTRATADA entregará o Relatório ou Demonstrativo. Neste período a CONTRATADA poderá interagir com a CONTRATANTE para tratar de eventuais ajustes a fim de que o documento seja entregue de forma definitiva.

VIII. A CONTRATANTE receberá o documento, atestando o quantitativo dos produtos entregues emitindo o Termo de Recebimento Provisório – TRP em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do Relatório/Demonstrativo.

IX. O Valor Mensal do Item corresponde ao valor em reais das unidades de subscrições das licenças e/ou prestação dos serviços, de cada respectivo item, devendo ser calculado a partir da seguinte fórmula:

a. Valor Mensal do Item = [Quantidade Solicitada x Valor Unitário (R\$)]

b. Onde: Quantidade Solicitada = Quantidade de licenças solicitadas e/ou serviços consumidos do respectivo item via OS/OFB, ficando estabelecido o último dia corrido de cada mês como a data base para efeitos de medição mensal; Valor Unitário = Valor Unitário do respectivo item.

c. O Valor Mensal da Solução (valor a ser faturado) corresponde ao valor em reais total da solução para o mês de referência, ou seja, corresponde ao somatório do Valor Mensal de cada respectivo item deduzindo-se o Fator de Redução (glosa), caso exista para o mês de referência, devendo ser calculado a partir da seguinte fórmula:

d. Valor Mensal da Solução = Σ (Valor Mensal dos Itens) - FR Onde:

e. Valor Mensal dos Itens = Valor Mensal de cada respectivo item; Fator de Redução (glosa) = Os serviços serão avaliados mensalmente e caso exista pontos perdidos na avaliação mensal dos serviços, a fórmula de cálculo terá Fator de Redução. O cálculo para a avaliação mensal dos serviços será realizado conforme o tópico Níveis Mínimos de Serviço Exigidos deste Termo de Referência.

X. O pagamento será efetuado mensalmente, exclusivamente, em função da quantidade efetiva de licenças solicitadas e ativadas pelo CONTRATANTE e dos Níveis Mínimos de Serviços alcançados.

XI. Deve-se observar os seguintes eventos:

a. Recebimento, por parte da CONTRATANTE, do Relatório/Demonstrativo elaborado pela CONTRATADA.

b. Após o recebimento do Relatório/Demonstrativo, a CONTRATANTE registra o recebimento provisório dos serviços, por meio do Termo de Recebimento Provisório (TRP), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro evidenciado do consumo (TB ou VMs ou Sockets), a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

c. A CONTRATANTE deverá aprovar o Relatório/Demonstrativo, emitido pela CONTRATADA objetivando esclarecer o valor a ser faturado pela CONTRATADA, em até 15 dias corridos do recebimento.

d. Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) referente a OS/OFB aprovada.

e. O Recebimento Definitivo será realizado pela Equipe de Fiscalização, em até 10 (dez) dias úteis, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório - TRP.

f. O Gestor do Contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

g. Os serviços/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pela equipe de fiscalização do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

h. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

i. A autorização de Emissão de Fatura será concedida pelo Gestor do Contrato.

j. O atesto da Fatura pela CONTRATANTE ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento desta.

k. A CONTRATADA deverá elaborar o Relatório/Demonstrativo até o quinto dia útil de cada mês de competência, detalhando o quantitativo de licenças que foram efetivamente solicitadas, ficando estabelecido o último dia corrido do mês de competência como a data base para efeitos de medição mensal.

6.12. Sobre os itens 2, 3 e 4 desta contratação (Hardware e Treinamento) serão faturados em pagamento único e demandados através da emissão prévia das respectivas ordens de serviços/fornecimento de bens OS/OFB conforme a seguinte dinâmica:

XII. A CONTRATANTE autoriza o fornecimento mediante emissão da OS/OFB, à CONTRATADA, com os bens /serviços demandados.

XIII. A Ordem de Serviço/Ordem de Fornecimento de Bens (OS/OFB) deve ser elaborada conforme Modelo disponível no Anexo II deste Termo de Referência.

XIV. A CONTRATADA recebe e aprova a OS/OFB.

XV. A CONTRATADA atende a OS/OFB demandada, disponibilizando os bens e/ou serviços à CONTRATANTE, observando as especificações técnicas deste TR e seus Anexos e o prazo máximo constante nos Requisitos Temporais.

XVI. A CONTRATADA deverá elaborar um Relatório Técnico ou Demonstrativo, detalhando o quantitativo de serviços/bens que foram efetivamente entregues/instalados que serão faturados.

XVII. Os bens/serviços só serão considerados aptos para recebimento provisório/definitivo após a efetiva entrega/instalação/configuração e em pleno funcionamento de acordo as especificações deste Termo de Referência.

XVIII. A CONTRATANTE receberá o documento, atestando o quantitativo dos produtos/serviços efetivamente entregues/configurados/instalados emitindo o Termo de Recebimento Provisório – TRP em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do Relatório/Demonstrativo.

XIX. O Valor do Item corresponde ao valor em reais dos produtos e/ou serviços, de cada respectivo item, deve ser calculado a partir da seguinte fórmula:

a. Valor do Item = [Quantidade Solicitada x Valor Unitário (R\$)]

b. Onde: Quantidade Solicitada = Quantidade de produtos solicitados e/ou serviços do respectivo item via OS/OFB; Valor Unitário = Valor Unitário do respectivo item.

c. O Valor dos produtos (valor a ser faturado) corresponde ao valor em reais total da solução para o faturamento, ou seja, corresponde ao somatório do Valor de cada respectivo item deduzindo-se o Fator de Redução (glosa), caso exista, devendo ser calculado a partir da seguinte fórmula:

d. Valor da Solução = Σ (Valor dos Itens) - FR Onde:

e. Valor dos Itens = Valor de cada respectivo item; Fator de Redução (glosa) = Os produtos/serviços serão avaliados e caso exista pontos perdidos na avaliação dos produtos/serviços, a fórmula de cálculo terá Fator de Redução. O cálculo para a avaliação dos produtos/serviços será realizado conforme o tópico Níveis Mínimos de Serviço Exigidos deste Termo de Referência.

XX. O pagamento será efetuado, exclusivamente, em função da quantidade efetiva dos produtos/serviços solicitados e efetivamente entregues/instalados/configurados pelo CONTRATANTE e dos Níveis Mínimos de Serviços alcançados.

XXI. Deve-se observar os seguintes eventos:

a. Recebimento, por parte da CONTRATANTE, do Relatório/Demonstrativo elaborado pela CONTRATADA.

b. Após o recebimento do Relatório/Demonstrativo, a CONTRATANTE registra o recebimento provisório dos produtos/serviços, por meio do Termo de Recebimento Provisório (TRP), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro evidenciado das entregas, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

c. A CONTRATANTE deverá aprovar o Relatório/Demonstrativo, emitido pela CONTRATADA objetivando esclarecer o valor a ser faturado pela CONTRATADA, em até 15 dias corridos do recebimento.

d. Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) referente a OS/OFB aprovada.

e. O Recebimento Definitivo será realizado pela Equipe de Fiscalização, em até 10 (dez) dias úteis, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório - TRP.

f. O Gestor do Contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

g. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pela equipe de fiscalização do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

h. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

i. A autorização de Emissão de Fatura será concedida pelo Gestor do Contrato.

j. O atesto da Fatura pela CONTRATANTE ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da mesma.

6.13. O objeto deverá ser entregue nos seguintes endereços da Contratada: Funai Sede - SCS Qd. 09 - Bloco B - Ed. Parque Cidade Corporate - 1º Subsolo e no CFPI em Sobradinho-DF - Quadra 03 Área Especial 09, Q, 2 Q 3. - Sala do Datacenter.

6.14. Os bens/serviços entregues poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações ou critérios de aceitação, devendo ser substituídos às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.15. Formas de transferência de conhecimento

6.16. Maior detalhamento poderá ser consultado na seção “Requisitos de Capacitação” deste Termo de Referência e no Anexo I - Especificações técnicas.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.17. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.18. Cada OS/OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.19. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.19.1. Ordem de Fornecimento de Bens e Serviços;

6.19.2. Ata de Reunião;

6.19.3. Ofício;

6.19.4. Sistema de abertura de chamados;

6.19.5. E-mails e Cartas;

6.19.6. Chats e outros meios eletrônicos.

Formas de Pagamento

6.20. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.21. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.22. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de respeito às normas de segurança e sigilo vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na execução do objeto, encontram-se nos ANEXOS III e IV

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.18.1. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação

7.19. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.20. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.21. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.22. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.23. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.24. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.25. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.26. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do CONTRATANTE, durante a vigência do contrato de suporte técnico, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.27. A CONTRATANTE poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os

documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.28. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.29. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.29.1. O procedimento de comprovação do atendimento aos requisitos técnicos da solução de armazenamento, durante a fase de habilitação, será realizado através da análise de documentos comprobatórios (datasheets e/ou manuais), emitidos pelo fabricante do equipamento, disponibilizado pela proponente.

7.29.2. Em caso de não conformidade no recebimento, a fiscalização discriminará, mediante termo circunstanciado, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos à CONTRATADA, sendo cientificada de que está passível das penalidades cabíveis, através do recebimento do termo. Nessa hipótese, a solução em questão será rejeitada, devendo ser substituída ou ajustada no prazo definido pela equipe de fiscalização e gestão do contrato, quando se realizarão novamente as verificações para o Recebimento Definitivo. Caracterizado má-fé, a contratada estará sujeita aos níveis mínimos de serviço exigidos podendo ser considerado atraso no fornecimento do bem, conforme indicadores deste TR.

7.29.3. Caberá à CONTRATADA sanar as irregularidades apontadas, submetendo o material impugnado a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do produto rejeitado correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.

7.29.4. Caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, ou o novo material também seja rejeitado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.30. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo CONTRATANTE para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os indicadores definidos neste Termo de Referência.

7.30.1. Serviços de Entrega, Implantação, Instalação e Configuração da solução

7.30.2. Todos os produtos (100%) deverão ser entregues nos quantitativos e localidades indicadas, instalados e configurados em conformidade com a especificação, dentro do prazo máximo estipulado deste Termo.

7.30.3. Será verificada a conformidade com as especificações técnicas, assim como mensurado o prazo de entrega da solução, conforme detalhamento dos indicadores de nível de serviço.

7.30.4. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso e estar em linha de fabricação na data de entrega da solução.

7.30.5. O prazo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da OS/OFB pela Contratada, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por iguais períodos, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela CONTRATANTE.

7.30.6. A entrega deve ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência, no local indicado, de segunda a sexta-feira, em horário comercial;

7.30.7. As despesas de custeio com deslocamento ao local de entrega, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficarão a cargo exclusivo da CONTRATADA.

7.30.8. Os equipamentos (hardwares) ofertados na composição dos itens não devem estar listados como “End of Sale” ou “End of Life” por seus respectivos fabricantes até a data da abertura das propostas.

7.30.9. A CONTRATADA deverá providenciar todos os materiais necessários à instalação física e lógica dos equipamentos e licenças.

7.30.10. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, podendo estas ser realizadas presencialmente, por telefone ou via conferência web, devendo a CONTRATADA sugerir as configurações de acordo com normas e boas práticas, cabendo à CONTRATANTE a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas.

7.30.11. Serviços de Garantia, Manutenção e Suporte Técnico:

7.30.12. Os chamados serão classificados de acordo com a SEVERIDADE do problema, como segue:

7.30.13. SEVERIDADE BAIXA: o equipamento, acessório, periférico ou produto apresenta pane, falha ou não conformidade técnica que causa restrições de operação de funções acessórias. Aplicado para instalação, configuração, manutenção preventivas, aplicações de firmwares e esclarecimento técnico relativo ao uso dos equipamentos ou solução. O primeiro retorno telefônico da CONTRATADA deve ser realizado em no máximo 4 (quatro horas) e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 72 (setenta e duas horas), contadas do chamado técnico.

7.30.14. A presença de técnico no local de instalação da solução, caso seja solicitado pelo CONTRATANTE, deve se dar em até 36 horas após a abertura do chamado.

7.30.15. SEVERIDADE MÉDIA: o equipamento, acessório, periférico ou produto apresenta pane, falha ou não conformidade técnica que prejudica a operação, uso ou acesso de função básica. Aplicado quando há falha no uso dos equipamentos ou solução, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas ou instabilidade. O primeiro retorno telefônico da Contratada deve ser realizado em no máximo 4 (quatro horas) e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 24 (vinte e quatro horas), contadas do chamado técnico.

7.30.16. A presença de técnico no local de instalação da solução deve se dar em até 12 horas corridas após a abertura do chamado.

7.30.17. SEVERIDADE ALTA: o equipamento, acessório, periférico ou produto apresenta pane, falha ou não conformidade técnica que o torna total ou parcialmente inoperante. Aplicado para os casos em que a solução encontra-se operante, mas com redução importante de desempenho e/ou funcionalidade. O primeiro retorno telefônico da Contratada deve ser realizado em no máximo 2 (duas horas) e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 12 (doze horas), contadas do chamado técnico.

7.30.18. A presença de técnico no local de instalação da solução deve se dar em: Até 4 horas corridas após a abertura do chamado, se o horário de abertura for entre 8h e 18h; Até 8 horas corridas após a abertura do chamado, se o horário de abertura for entre 18h e 8h.

7.30.19. SEVERIDADE CRÍTICA: o equipamento, acessório, periférico ou produto apresenta pane, falha ou não conformidade técnica que o torna total ou parcialmente inoperante. Aplicado para os casos em que a solução encontra-se indisponível e/ou inoperante. O primeiro retorno telefônico da Contratada deve ser realizado em no máximo 1 (uma hora) e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 8 (oito horas), contadas do chamado técnico.

7.30.20. A presença de técnico no local de instalação da solução deve se dar em até 2 horas corridas após a abertura do chamado, se o horário de abertura for entre 8h e 18h; Até 4 horas corridas após a abertura do chamado, se o horário de abertura for entre 18h e 8h.

QUADRO RESUMO DE ATENDIMENTO DE SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA		
NÍVEL DE SEVERIDADE	Prazo máximo para o início do atendimento	Prazo máximo para o final do atendimento
CRÍTICA	Em até 1 (uma) hora	Em até 8 (oito) horas
ALTA	Em até 2 (duas) horas	Em até 12 (doze) horas
MÉDIA	Em até 4 (quatro) horas	Em até 24 (vinte e quatro) horas
BAIXA	Em até 8 (quatro) horas	Em até 72 (setenta e duas) horas

Tabela 7 - Quadro resumo de atendimento de suporte técnico e garantia

7.30.21. Para atendimento a chamados em que não haja necessidade de troca de peças ou intervenção local, será admitido o atendimento remoto, ao invés de presença no local de instalação da solução, desde que seja previamente autorizado pela CONTRATANTE.

7.30.22. Horas comerciais, para fins de cálculo dos níveis mínimos de serviço, são as compreendidas entre 8h e 20h, horário de Brasília, em dias úteis. Quando o indicador expressar apenas "horas" considerar-se-ão como "horas corridas".

7.30.23. Por início de atendimento entende-se a alocação de técnico devidamente qualificado para efetuar a correção do problema ou o troubleshooting preciso, com interlocução telefônica direta com a equipe da CONTRATANTE.

7.30.24. Todos os profissionais envolvidos na execução do projeto, incluindo técnicos, analistas, gerentes e quaisquer outros colaboradores da empresa contratada, deverão ser previamente cadastrados por meio de formulário padrão disponibilizado pela Funai, como condição para atuação no ambiente do contrato.

7.30.25. Esses profissionais deverão, obrigatoriamente, observar e cumprir rigorosamente as normas de confidencialidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar, compartilhar ou utilizar quaisquer informações obtidas durante a execução dos serviços para fins diversos daqueles previstos neste Termo de Referência.

7.30.26. A critério da CONTRATANTE poderá ser disponibilizado equipamento, peça ou componente de uso como backup até que ocorra a efetiva substituição por componente novo e de primeiro uso pelo fabricante.

7.30.27. Será considerado para efeitos dos níveis exigidos:

- 7.30.28. Prazo máximo para o início do atendimento: tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da Funai à CONTRATADA e a primeira tentativa de atendimento feita pelo técnico da CONTRATADA ou fabricante.
- 7.30.29. Prazo máximo para o final do atendimento: tempo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pela equipe técnica da Funai à CONTRATADA e a implantação da solução do problema ou de uma solução de contorno para o problema apresentado.
- 7.30.30. O atraso superior ao prazo estabelecido, tanto para início do atendimento, quanto para o final do atendimento, será passível das sanções previstas neste instrumento.
- 7.30.31. Caso o evento possua características que permitam caracterizá-lo em mais de uma severidade, ele será classificado com a maior severidade (menor tempo para início do atendimento e menor tempo final de atendimento).
- 7.30.32. O tempo de atendimento dos chamados é computado em horas corridas e será iniciado imediatamente após o registro do chamado na CONTRATADA para início das ações correspondentes à solução definitiva ou contorno.
- 7.30.33. A CONTRATANTE poderá, motivado por fatores agravantes ou atenuantes, devidamente justificados, modificar a severidade dos chamados para níveis superiores ou inferiores. Nestes casos, a CONTRATADA será notificada pela CONTRATANTE, tão logo tenha tomado ciência da situação. As modificações das severidades serão justificadas e os prazos dos chamados serão zerados e passarão a contar do início, aplicados à nova classificação.
- 7.30.34. Os atendimentos aos chamados não poderão ser interrompidos sem anuência da CONTRATANTE até o completo restabelecimento dos equipamentos, sistemas ou componentes, mesmo que se estendam para períodos noturnos, sábados, domingos ou feriados.
- 7.30.35. Indicadores de Nível de Serviço
- 7.30.36. Caso a CONTRATADA não atinja os valores mínimos aceitáveis fixados neste Termo de Referência, não venha a produzir os resultados esperados, deixe de executar as atividades contratadas, deixe de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução, ou utilize-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada, estará, conforme cada caso, sujeita à aplicação de glosas nos valores estabelecidos na ordem de fornecimento de bens para multas e/ou penalidades ou retenção do pagamento até que as pendências sejam sanadas.
- 7.30.37. Indicador 01 – Indicador de Atraso na Entrega do Objeto (IAEO) - Tabela 8

Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir eventual tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir IAEO	<= 30 dias	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço ou de Fornecimento dos Bens – OSFB dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Registro de assinatura de Ordem de Serviço ou de Fornecimento dos Bens – OSFB e seus respectivos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita considerando o cronograma estimado registrado no TR (seção 11), assim como o Nível Mínimo de Serviço indicado neste Termo. Será subtraída a data de entrega definitiva dos produtos da OS ou a data do início da prestação dos serviços (desde que o Fiscal Técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo), pela data da assinatura da OSFB.	
Periodicidade	Execução única ao início do contrato, para cada Ordem de Serviço ou de Fornecimento de bens	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$X = DE - DA$ Onde: X - Tempo de Atendimento, em dias corridos; DE - Data da Entrega do solicitado na OS/OFB; DA - Data da Abertura da OS/OFB.</p> <p>A data de abertura será aquela constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento dos Bens; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a sua emissão.</p> <p>A data de entrega da OSFB deverá ser aquela reconhecida pelo Fiscal Técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o Fiscal Técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a CONTRATADA entregar os bens da OS e haja aceitação por parte do Fiscal Técnico.</p>	
Observações	<p>Obs1.: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2.: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados no cômputo do indicador.</p> <p>Obs3.: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da CONTRATANTE.</p> <p>Obs4.: Esse indicador será aplicado para aferição dos seguintes níveis mínimos de serviços:</p> <p>Recebimento Provisório (Entrega dos bens);</p> <p>Recebimento Definitivo (Término da Instalação, Configuração e Entrega de documentação)</p>	
Início de Vigência	A partir do primeiro dia útil da emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>$X < \text{ou} = 30$ dias - Pagamento integral da OSFB;</p> <p>$31 \text{ dias} < X < 41$ dias – Glosa de 0,05% sobre o valor da OSFB;</p> <p>$42 \text{ dias} < X < 52$ dias – Glosa de 0,10% sobre o valor da OSFB;</p> <p>$53 \text{ dias} < X < 63$ dias – Glosa de 0,50% sobre o valor da OSFB;</p> <p>$64 \text{ dias} < X < 74$ dias – Glosa de 1,0% sobre o valor da OSFB;</p> <p>X acima de 74 – Será aplicada Glosa de 1,25% sobre o valor da OSFB e Sanções Administrativas - Limitado a 1% do Valor Global do Contrato</p>	

7.30.38. Indicador 02 – Tempo de Início do atendimento de suporte técnico e garantia (IASTG) - Tabela 9

Tópico	Descrição
Finalidade	Assegurar que o tempo de início dos chamados estejam dentro do nível mínimo de serviço exigido no item neste Termo.
Meta a cumprir	100% dos chamados iniciados dentro do prazo
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da CONTRATANTE ou registros de abertura e encerramento de chamados, desde que aceitos pelo Fiscal Técnico como meio formal de comunicação com a CONTRATADA.
Forma de acompanhamento	Cálculo de prazo de cada chamado ao Nível Mínimo de Serviço exigido, conforme previsto neste Termo.
Periodicidade	Sob demanda
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>$X = HI - HA$ Onde: X - Tempo de Início de Atendimento, convertido em minutos; HA - Data e Hora de Abertura do Chamado; HI - Data e Hora do Início do Atendimento do Chamado. A data e hora de abertura do chamado será aquela em que foi registrado o chamado junto à CONTRATADA. A data e hora de início será aquela em houver a primeira ação no chamado por parte da CONTRATADA.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias e horas corridos na medição.</p> <p>Obs2: Não se aplicará este indicador para as OS ou chamados com execução interrompida ou cancelada por solicitação da CONTRATANTE.</p>
Início de Vigência	A partir do primeiro dia útil da emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE CRÍTICA: X até 60 min = Não haverá desconto; X acima 61 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.</p>
	<p>Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE ALTA: X até 120 min = Não haverá desconto; X acima 121 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.</p>
	<p>Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE MÉDIA: X até 240 min = Não haverá desconto; X acima 241 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.</p>
	<p>Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE BAIXA: X até 240 min = Não haverá desconto; X acima 241 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.</p>

7.30.39. Indicador 03 – Tempo de solução do atendimento de suporte técnico e garantia (SASTG) - Tabela 10

Tópico	Descrição
Finalidade	Assegurar que o tempo de solução definitiva ou de contorno dos chamados estejam dentro do nível mínimo de serviço exigido no item neste Termo.
Meta a cumprir	100% dos chamados iniciados dentro do prazo
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da CONTRATANTE ou registros de abertura e encerramento de chamados, desde que aceitos pelo Fiscal Técnico como meio formal de comunicação com a CONTRATADA.
Forma de acompanhamento	Cálculo de prazo de cada chamado ao Nível Mínimo de Serviço exigido, conforme previsto neste Termo.
Periodicidade	Sob demanda
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$X = HI - HA$ Onde: X - Tempo de Início de Atendimento, convertido em minutos; HA - Data e Hora de Abertura do Chamado; HI - Data e Hora da solução definitiva ou de contorno do Chamado. A data e hora de abertura do chamado será aquela em que foi registrado o chamado junto à CONTRATADA. A data e hora de solução será aquela em houver a solução definitiva ou de contorno no chamado por parte da CONTRATADA.
Observações	Obs1: Serão utilizados dias e horas corridos na medição. Obs2: Não se aplicará este indicador para as OS ou chamados com execução interrompida ou cancelada por solicitação da CONTRATANTE.
Início de Vigência	A partir do primeiro dia útil da emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE CRÍTICA: X até 480 min = Não haverá desconto; X acima 481 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.
	Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE ALTA: X até 720 min = Não haverá desconto; X acima 721 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.
	Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE MÉDIA: X até 1.440 min = Não haverá desconto; X acima 1.441 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.
	Se o chamado for NÍVEL DE SEVERIDADE BAIXA: X até 4.320 min = Não haverá desconto; X acima 4.321 min = Será considerada infração de acordo com a Tabela 12 deste Termo de Referência.

7.31. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.32. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE.

7.32.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.32.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.32.3. Multa:

- Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 28 (vinte e oito) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.32.1, de até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.32.1, de até 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
- Compensatória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato para cada ocorrência de descumprimento injustificado, até o máximo de 3% (três por cento), das obrigações do Contratado, item 5.2 deste TR.
- Para as infrações descritas nas alíneas “a” e “b” do subitem 7.32.1 deste TR, as multas serão aplicadas de acordo com os Graus e correspondências da Tabela 11.
- Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.32.1, a multa será de até 3% (três por cento) do valor do Contrato.
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,02% por hora acima do previsto no indicador 02 (tabela 9) ou indicador 03 (tabela 10), sobre o valor do item afetado no chamado. Limitado a 1% do Valor Global da Contratação
2	0,04% por hora acima do previsto no indicador 02 (tabela 9) ou indicador 03 (tabela 10), sobre o valor do item afetado no chamado. Limitado a 1% do Valor Global da Contratação
3	0,08% por hora acima do previsto no indicador 02 (tabela 9) ou indicador 03 (tabela 10), sobre o valor do item afetado no chamado. Limitado a 1% do Valor Global da Contratação
4	0,16% por hora acima do previsto no indicador 02 (tabela 9) ou indicador 03 (tabela 10), sobre o valor do item afetado no chamado. Limitado a 1% do Valor Global da Contratação

Tabela 11 - Graus e Correspondências

INFRAÇÃO		
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:		
1	Cumprir os prazos estabelecidos para execução de suporte e garantia da solução relacionada aos chamados de severidade CRÍTICA	4
	Cumprir os prazos estabelecidos no item 7.30.5 para entrega dos produtos após o recebimento da OS/OFB pela contratada	
2	Cumprir os prazos estabelecidos para execução de suporte e garantia da solução relacionada aos chamados de severidade ALTA	3
3	Cumprir os prazos estabelecidos para execução de suporte e garantia da solução relacionada aos chamados de severidade MÉDIA	2
4	Cumprir os prazos estabelecidos para execução de suporte e garantia da solução relacionada aos chamados de severidade BAIXA	1

Tabela 12 - Infrações

7.32.4. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a CONTRATADA:

7.32.5. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.32.6. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.32.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.32.8. Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.32.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.32.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.32.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.32.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.32.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações do órgão CONTRATANTE ou de órgãos de controle.

- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

7.32.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.32.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.32.16. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.32.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.32.18. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, serão compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Órgão CONTRATANTE ou com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.32.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.26. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.31 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regida

Reajuste (Apenas para o Item 1 do Objeto - Fornecimento de Software)

8.32 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.33 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA CRITÉRIOS SELEÇÃO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.2. O regime de execução do contrato será por fornecimento e prestação de serviço associado.

9.3. Esse regime de execução justifica-se pois o objeto da presente contratação envolve não apenas a aquisição de appliances de backup, mas também a disponibilização de software que poderá ser em regime de subscrição, instalação, configuração, suporte e manutenção ao longo da vigência contratual, e por esse motivo adota-se o regime de fornecimento e prestação de serviço associado, previsto no art. 6º, XXXIV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar do mais adequado para assegurar a entrega do ambiente em plena operacionalidade. Ademais, o Tribunal de Contas da União tem reiterado, em diversos julgados sobre TIC (a exemplo dos Acórdãos 2.622 /2013-Plenário, 2.471/2008-Plenário e 1.558/2020-Plenário), que as contratações dessa natureza devem estar vinculadas a resultados e níveis de serviço, e não apenas à entrega de bens ou disponibilização de mão de obra, o que reforça a pertinência da escolha.

9.4. Da Aplicação da Margem de Preferência

9.4.1. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

9.5. Poderá haver margem de preferência de acordo com a legislação aplicável, em especial o Decreto nº 7.174, de 2010, (arts. 5º a 8º), Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (arts. 44 e 45) e Decreto nº 7.174, de 2010 (art. 8º).

9.6. Exigências de habilitação

9.6.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.7. Habilitação jurídica

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde está sediada a matriz

9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.28 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.29 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.33 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados por pelo menos 2 anos com as seguintes características mínimas:

9.35.1. O fornecimento e implantação de Solução de Backup de Dados com características similares à especificada nesta contratação, com no mínimo, 60 TB (sessenta terabytes) de capacidade instalada e licenciada, sem considerar deduplicação.

9.35.2. Metas de recuperação de dados: RPO < 4 horas e RTO < 8 horas.

9.35.3. Certificações oficiais dos fabricantes do software de backup representado, demonstrando vínculo direto do atestado às soluções ofertadas.

9.35.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

9.38 O fornecedor deverá apresentar a declaração de vistoria prevista no item 4.126.9 e os requisitos profissionais exigidos nos itens 4.101 e 4.102 deste Termo de Referência.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do custo da solução encontra-se disponível nos autos, conforme a Pesquisa de Preços registrada no SEI 09883934 e complementada pela Informação Técnica SEI 09899744, que descreve a metodologia aplicada à coleta, normalização e análise dos valores. Esses documentos apresentam dados coletados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a partir dos quais foram identificadas contratações similares realizadas por diversos órgãos da Administração Pública, evidenciando padrões recorrentes quanto ao objeto contratado, valores praticados e modalidades de licitação adotadas. A análise estatística (média, mediana, desvio padrão e coeficiente de variação) foi conduzida com base nesse conjunto de informações, garantindo transparência e aderência às diretrizes da IN nº 73/2020.

10.2. Após o recebimento dos questionamentos e recomendações encaminhados pelo Tribunal de Contas da União por meio do Ofício nº 000.079/2026 – AudTI (SEI 09687378), a pesquisa de preços foi integralmente revisada, resultando na emissão de nova versão consolidada registrada no SEI 09883934, a qual incorporou os ajustes metodológicos solicitados pelo órgão de controle. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.339.582,30 (oito milhões, trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta centavos), conforme valores consolidados na Informação Técnica SEI 09899744, sintetizados na tabela apresentada a seguir.

Grupo	Item	Especificação	Catmat/ Catser	Métrica ou Unidade de Medida	Qtde.	Valor Unitario (VM)	Valor Mensal	Valor Total
1	1	Software de backup e replicação de dados para no mínimo de 343TB frontend, ou 200VMs ou 40 sockets com garantia, com manutenção e suporte técnico por 60 meses	26077	VMs	200VM(max)	R\$ 22,2058	R\$ 4.441,17	R\$ 266.469,60
	2	Appliance para armazenamento de backup capacidade útil de no mínimo 375 TB, garantia, com manutenção e suporte técnico por 60 meses	463037	Unidade	4	R\$ 1.939.091,37	-	R\$ 7.756.365,48
	3	Treinamento	3840	-	1	R\$ 39.747,22	-	R\$ 39.747,22
	4	Kit Tape Library LTO 9 com no mínimo 3 drives full-lenght LTO-9 ou superiores, capacidade mínima de 40 slots para cartuchos, conectividade via Fiber Channel + 40 Tapes LTO9 incluindo 5 Cartuchos de Limpeza, inclusos instalação, implantação, treinamento e suporte técnico por 60 meses	608956	Unidade	1	R\$ 277.000,00	-	R\$ 277.000,00
Total								R\$ 8.339.582,30

Tabela 13 - Objeto e valores Consolidados

10.3 Composição dos Itens de Custo da Solução

- Item 1 — Software de Backup (200 VMs).O valor unitário de R\$ 22,2058 por VM/mês foi obtido a partir da média saneada das contratações públicas analisadas. Aplicado ao período contratual de 60 meses, resulta em R\$ 266.470,00, para 200 VMs

em 60 meses encontra-se dentro dos limites estatísticos admitidos, garantindo coerência como comportamento dos preços públicos e alinhamento às métricas de mercado.

- Item 2 — Appliances de Armazenamento (4 unidades). Cada appliance de 375 TB foi estimado em R\$ 1.939.091,37, totalizando R\$ 7.756.365,50 para quatro unidades. O valor é compatível com a faixa estatística obtida no saneamento (R\$ 3.654,16 a R\$ 6.687,66 por TB), representando a média consolidada das contratações públicas analisadas.
- Item 3 — Treinamento. O valor médio apurado entre as contratações públicas foi R\$ 39.747,22, posicionado no centro da amostra e dentro da faixa estatística calculada, constituindo referência segura para capacitação técnica especializada da equipe.
- Item 4 — Unidade LTO (Tape Library LTO9). A média estatística de R\$ 277.000,00 encontra-se entre os limites inferior e superior da amostra analisada (R\$ 222.749,11 a R\$ 361.317,55). Assim, o valor estimado adota referência coerente, estável e aderente às práticas de mercado para esse tipo de equipamento.

10.3.1 Assim, a metodologia aplicada, baseada em métricas normalizadas, saneamento estatístico progressivo e uso exclusivo de contratações públicas como referência, reforça a razoabilidade da estimativa, o atendimento aos princípios da economicidade e eficiência, e a plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 194035;

11.2.2. Fonte de Recursos: 1000;

11.2.3. Programa de Trabalho: 225450;

11.2.4. Elemento de Despesa: 449052, 339040 ;

11.2.5. Plano Interno: O010IFV;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. DOS ANEXOS

ANEXO I - REQUISITOS DO OBJETO - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

ANEXO II - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE SERVIÇO (OS/OFB);

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA;

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 18:43:36.

LINDEMBERG NOGUEIRA LYRA

Integrante Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 18:41:40.

MARCIO LUIZ GOMES VIEIRA

Integrante de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 23:29:22.

GISELLE CRISTINA CRUZ LOBATO

Integrante de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 15:14:31.

TIAGO OLIVEIRA LOUP

Coordenador Geral de Tecnologia da Informação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 09:28:33.